Proc. TC-013.283/2020-0
Tomada de Contas Especial

PARECER

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Diretoria de Administração e Logística, do Ministério da Economia, em desfavor de Raimundo Nonato Costa Neto, ex-prefeito do Município de Turiaçu – MA.

O motivo da instauração foi a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Plano de Implementação 46958.000209/2011-26, (peça 64), firmado entre o extinto Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, e o referido município, que tinha por objeto a “execução do Projeto Projovem Trabalhador, integrante do programa nacional de inclusão de jovens, no município de Turiaçu – MA, de forma a qualificar social-profissionalmente 200 jovens do município, e inserir, no mínimo, 30% no mundo do trabalho (peça 3).

Estando os autos no TCU, concluiu-se pela realização de citação e audiência do aludido responsável.

Realizadas as medidas processuais, Raimundo Nonato Costa Neto não compareceu ao feito.

A Secex/TCE propôs o seguinte encaminhamento, no essencial:

- a) considerar revel Raimundo Nonato Costa Neto;
- b) julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, § 2º, da Lei 8.443/92 as contas do ex-gestor, condenando-o ao pagamento das importâncias especificadas na instrução.
- c) aplicar ao agente multa prevista no art. 57 do mencionado diploma legal.

Estamos de acordo com a proposta apresentada pela secretaria técnica, cabendo apenas fazer pontual registro acerca do nosso entendimento pela adoção da prescrição da pretensão **punitiva**, a partir julgamento do RE 636886 pelo Supremo Tribunal Federal, com base na disciplina da Lei 9.873/99. No TC 023.607/2017-3, acostamos parecer explicitando esta compreensão. No tocante à prescrição do débito, nossa posição é por aguardar o trânsito em julgado do referido RE, pendente de julgamento de Embargos de Declaração, em face de possíveis modificações e esclarecimentos acerca do assunto.

De todo modo não identificamos a incidência da prescrição punitiva, com fundamento no aludido diploma legal, convindo, a esse respeito, relacionar os seguintes atos processuais, em sequência de datas:

- a) em 31/5/2013, findou-se o prazo para a apresentação final da prestação de contas, constituindo termo inicial da contagem do prazo prescricional (peça 26);
- b) em 05/08/2013, encaminhamento de ofício à prefeitura solicitando a prestação de contas final (peça 28);

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

- c) em 10/03/2015, emissão da Nota Informativa n. 127/2015 informando a não apresentação das contas e encaminhamento para o registro de inadimplência no SIAFI (peça 30) ;
- d) em 25/03/2015, registro de inadimplência (peça 31);
- e) em 06/04/2017, emissão de ofício dirigido ao sr. Raimundo Nonato Costa Neto registrando a omissão no dever de prestar contas (peça 48);
- f) em 26/04/2017 recebimento do ofício conforme AR (peça 49);
- g) em 9/11/2018, instauração da tomada de contas especial (peça 51);
- h) em 24/06/2020, determinação de citação e audiência (peça 74);
- i) em 25/9/2020, data da ciência do ofício, conforme AR (peça 85).

Com esses registros, acompanhamos a proposta sugerida pela unidade técnica.

É a manifestação deste representante do Ministério Público junto ao TCU.

Ministério Público, em 22 de fevereiro de 2021.

Assinado eletronicamente
Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador